

Região tenta ganhar espaço no PPA

Secretaria tenta incorporar uma política ambiental em todos os projetos de infra-estrutura do governo

Mauro Zanatta e Ismar Cardona
de Brasília

Uma das mais aguerridas e polêmicas militantes ambientalistas está mudando radicalmente o foco da atuação política governamental na região amazônica. Há quatro meses no comando da secretaria da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente, Mary Allegretti, gaúcha de Erechim e companheira de trabalho do mais famoso filho da terra, o seringueiro Chico Mendes, tem planos ambiciosos para a região.

Entre outras coisas, está empenhada em forçar a incorporação de uma política ambiental em todos os projetos de infra-estrutura contemplados pelo governo no Plano Plurianual (PPA) e seus eixos de desenvolvimento e integração. Isso implica, por exemplo, em acabar com a visão tecnocrata disseminada no Sul do País sobre a Amazônia, além da obrigatoriedade da realização de estudos e relatórios de impacto ambiental para todas essas obras. "Os eixos de integração e seus efeitos cumulativos não estão contemplados nesse plano", diz Mary.

Moradora da região amazônica há 20 anos, fundadora e militante de diversas organizações não-governamentais, além de candidata a vice-

presidente pelo Partido Verde nas últimas eleições, a secretária está igualmente empenhada em convencer as populações locais de que é possível obter rentabilidade econômica da floresta sem que para isso seja preciso derrubá-la. A meta principal, segundo ela, é centrar na questão do desmatamento e evitar a transformação da Amazônia num grande pólo exportador de grãos, principalmente soja. Mary vem questionando o modelo centrado na produção intensiva de grãos por considerá-lo destrutivo ao meio ambiente, além de extremamente concentrador da terra.

Segundo ela, o cultivo intensivo da soja está mudando para pior o patamar da agricultura na região, porque o modelo hoje adotado por lá está baseado num terrível esquema: o pequeno agricultor abre a floresta, as grandes madeireiras vêm atrás comprando as toras e os grandes produtores acabam incorporando as áreas devastadas, tornando-os grandes latifundiários.

Como alternativa à entrada dos grãos, Mary quer dar ênfase ao reflorestamento, ecoturismo, desenvolvimento da biodiversidade e uso sustentável das áreas desmatadas como eixos de intervenção política

do governo. Ela está convencida de que este é o modelo ideal para fixar o homem na floresta, evitando sua migração para os já inchados centros urbanos da região. "Ainda atuamos apenas nas bordas dos problemas. O Ibama, por exemplo, fica numa posição reativa, olhando só para os impactos", diz ela.

Mary trouxe ao debate dois cenários: proteger o que sobrar da floresta e influenciar as políticas macroeconômicas do governo para a região. Segundo ela, a alternativa é preservar áreas restritas com entorno conservados e adequar os planos de manejo à presença da população. Além disso, a secretária insiste na criação de um "carimbo sócio-ambiental" para os recursos da Amazônia. "Ao invés de continuar financiando a devastação, temos que influenciar a destinação dos recursos fora da alçada do ministério", receita. A secretária defende ainda a reorientação dos assentamentos tradicionais, incluídos no plano de reforma agrária do governo, para evitar que eles sejam novos vetores de destruição

da floresta. Além disso, segundo ela, é preciso financiar as populações tradicionais que, apesar da baixa inserção no mercado, contam com uma grande rede de proteção ao meio ambiente.

Para tentar a "sintonia fina" entre as duas visões aparentemente antagônicas — o desenvolvimento e a preservação ambiental —, a secretária da Amazônia prepara um seminário conjunto com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Até fevereiro do próximo ano, o Conselho Nacional da Amazônia Legal (Conamaz), liderado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, deve se reunir

e bater o martelo sobre as estratégias integradas definitivas para a região.

Como preparação à busca desse consenso, Allegretti vem modificando o eixo de interlocução na região. Sem desprezar a necessária costura política com os governos locais, passou a traçar as estratégias para a Amazônia diretamente com organizações não-governamentais (ONGs) e populações tradicionais. "Historicamente, as ONGs eram coadjuvan-

A meta, segundo Mary Allegretti, é impedir o desmatamento e evitar transformar a Amazônia num pólo exportador de grãos

tes do processo decisório. Agora, são parte do núcleo das decisões", afirma. A idéia da secretária é fortalecer as posições do ministério, arrebatar respaldo político e negociar em bloco um novo entendimento sobre a política ambiental para a região. "Não podemos repetir a Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal, que previa a intervenção do governo e até hoje não saiu do papel", afirma. Segundo ela, houve uma pressão política muito forte para a continuidade da secretaria da Amazônia.

Apesar da dimensão do trabalho que será executado por sua secretaria, Mary Allegretti prepara também as discussões para a mudança de estratégia nos rumos dos investimentos do Programa Piloto para a Preservação das Florestas Tropicais (PPG7). Ainda neste mês, na Europa, deve haver uma reunião com todos os secretários estaduais de meio ambiente e representantes da secretaria da Amazônia com os doadores do Grupo dos Sete (G-7). Depois, serão ouvidas as ONGs no Brasil. No final de outubro, todos serão reunidos em Macapá (AP).

Para exemplificar um dos mais graves problemas do PPG7 com os estados, dos R\$ 60 milhões orçados no Subprograma de Recursos Naturais, com contrapartidas estaduais, apenas R\$ 9 milhões foram executados. Enquanto isso, o Projeto Demonstrativos (PDA), desenvolvido com ONGs, teve 70% executado e o Projeto Reservas Extrativistas (Resex) atingiu 99% de aproveitamento. Nos projetos desenvolvidos pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, a execução chegou a 98% no Centros de Excelência a 49% no Pesquisa Dirigida na Amazônia.

15/09/1999
Pg. A-1